

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso ... C-PEM/92

Partido -

Solução do ... P-III-8 (EN) ENSAIO

Apresentada por

.....
AGUINALDO DA SILVA RIBAS SOBRINHO

.....
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



17

6-D-66



CLAUSEWITZ: AS RELAÇÕES ENTRE A POLITICA E A GUERRA

AGUINALDO DA SILVA RIBAS SOBRINHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1992





GN-00010127-9

CLAUSEWITZ: AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA

AGUIALDO DA SILVA RIBAS SOBRINHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1992

Prezado Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

Ribas Sobrinho, Aguinaldo da Silva
Clausewitz: As relações entre a Política e a Guerra;
Rio de Janeiro, 1992.

12 p.

Bibliografia

Ensaio: C-PEM 1992

1. Política 2. Estratégia 3. Ciência Militar.

I. Brasil. Escola de Guerra Naval II. Título

EXTRATO

Apresentação de uma base doutrinária apoiada nas teorias propostas por Clausewitz para ordenar o entendimento do autor das relações que se estabelecem entre a Política e a Guerra.

Identificação dos principais fatores que tendem a dificultar o emprego eficaz do Poder Militar.

Conclusão enunciando, com base nas definições obtidas da obra de Clausewitz, quais são as funções próprias das lideranças civil e militar na formulação e na execução da Política Externa e da Estratégia Militar de um País.

Tema: Clausewitz: As relações entre a Política e a Guerra.

Título: CLAUZEWITZ: AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA.

Tópicos a abordar:

- Principais idéias e conceitos que permitem compreender a natureza das relações entre a Política e a Guerra;
- Os fatores que tendem a dificultar o emprego eficaz do Poder Militar para alcançar os objetivos da política; e
- As funções próprias das lideranças civil e militar, na formulação da Política Externa e da Estratégia Militar de um País.

Proposição: Identificar os conceitos básicos utilizados por Clausewitz e então analisar quais as relações que se estabelecem entre a Política e a Guerra. Identificar quais os fatores apresentados pelo mesmo autor, capazes de dificultar o emprego eficaz do Poder Militar e concluir enunciando, a partir das definições apresentadas quais as funções próprias das lideranças civil e militar

na formulação e execução da Política Externa e da
Estratégia Militar de um País.

CLAUSEWITZ: AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA

Seriam definições suficientes para que fosse entendido corretamente o verdadeiro significado da guerra e as suas relações com a política?

A concisão que se busca nas definições será insuficiente para permitir a formação de idéias claras sobre essas relações. Por isso o tema será abordado de forma a buscar-se a sua essência e a maneira como se processam, de acordo com o entendimento de Clausewitz. Essa procura pelo essencial não quer dizer uma abordagem genérica. Significa apenas que não serão feitos estudos de casos e sim que serão procuradas as grandes linhas necessárias ao entendimento do problema, com base no pensamento apresentado pelo autor.

* Um comentário é obrigatório sempre que a principal referência de um trabalho for a obra "Da Guerra", (1832) de Carl von Clausewitz (1780-1831). É o fato de ser inacabada e de publicação póstuma. Dos oito livros que a compõem, apenas o primeiro capítulo do primeiro livro foi considerado terminado pelo autor.

* Há uma opinião que permeia a maior parte daqueles que se dedicam aos estudos da guerra: a obra de Clausewitz é a bíblia do assunto. Por essa razão e por aquela apresentada no parágrafo anterior, os escritos desse notável general prussiano apresentam razoável número de interpretações, que vão desde o prefácio/resumo de Anatole Rapoport, ao resumo feito por Roger Ashley Leonard, passando por obras como " Paz e guerra entre as nações" de Raymond Aron e "A natureza da

Guerra" de Julien Lider, que basearam algumas de suas conclusões, em pontos de vistas "clausewitiziananos".

Isso sem contar com as diversas citações e referências, artigos e ensaios, teses e monografias publicados em revistas militares especializadas e apresentados em escolas de altos estudos militares, em diversos países.

Por esse quadro, torna-se difícil que este ensaio apresente alguma nova interpretação para o tema. Mas a intenção não é essa, absolutamente. A contribuição pretendida é a de apenas enumerar conceitos visando a sintetizar do pensamento de Clausewitz sobre as relações que há entre a política e a guerra.

Há várias abordagens para o fenômeno da guerra: a biológica, a psicológica, a social, a antropológica, a ecológica, a geo-política, a política, a legal, a moral, a técnico-militar dentre outras (7:16).

* Clausewitz ao afirmar que a guerra é "um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade" (5:73), define o conflito como algo formidável que traz em seu contexto a conquista ou a defesa de um objetivo político. Faz, portanto, uma abordagem política da guerra e mostrar esse fato será o propósito deste trabalho.

Já com relação à política, o autor não teve a preocupação de apresentar uma definição concisa. Mesmo a busca em outros autores não conduziu a definições, mas sim a interpretações que dão a consciência de que política é a arte de governar, se considerada internamente à Nação. Entretanto, se a consideração for dentro do contexto das nações, política é a

arte de conduzir os negócios que interessam a um Estado. Mais ainda, política é tudo aquilo que disser respeito à condução do governo e dos interesses dos cidadãos da "polis". A filosofia política seria, dentro dessa linha de raciocínio, a análise da relação entre cidadãos e a sociedade, das formas de poder e de como se exercem, dos sistemas de governo e da natureza, da estratégia e da justificativa das decisões (10:197).

Estratégia é uma palavra polissêmica. Sob o enfoque militar, é a "arte dos generais", e definida como a "ciência que irá tratar do planejamento e da direção de operações militares em larga escala, especialmente de como manobrar forças para posições mais vantajosas, antes do efetivo engajamento com o inimigo" (9:39).

O termo evoluiu e transcendeu aos limites militares. Hoje, é usado nos níveis mais altos dos negócios e dos problemas do Estado e é comum falar-se em estratégia da educação, da economia, da indústria e de estratégia política.

Por analogia à definição aplicada à estratégia militar, podemos definir a estratégia política como a ciência que trata do planejamento e da direção das negociações em larga escala, que objetivam colocar um Estado em posição vantajosa, perante seus opositores, desde o início das conversações, de modo a permitir-lhe alcançar os seus Objetivos Políticos.

Pelas definições apresentadas nos parágrafos anteriores, é possível mencionar que a estratégia trata, especificamente, de definir qual o melhor emprego do Poder. No caso da estratégia militar do Poder Militar, no caso da estratégia

política não só do Poder Político, mas do Poder Nacional, como um todo.

Poder é a capacidade que tem a Nação de manter ou modificar uma situação e relaciona-se com a política duas maneiras: a política reside, em última instância, no Poder e quando se faz política é sempre considerando a possibilidade de quanto, quando e como o Poder, que está à disposição de um negociador, pode pressionar o seu antagonista, forçando-o a aceitar aquilo que for necessário para que o Estado atinja os seus objetivos (4:106). Isto é, a magnitude do Poder de um Estado definirá a sua capacidade de pressionar seus contendores e, em última análise, a estratégia da Política Externa que empregará nas negociações com outros Estados.

A consideração mais restrita do termo política é portanto a de que a sua aplicação pretende fazer valer, acima de qualquer outra, a vontade do Estado. Este é concebido por Clausewitz, "como uma entidade viva, com empreendimentos bem definidos e dotado de inteligência para procurar e examinar os meios de os levar a cabo" (5:47). Admite, portanto, o general prussiano que o Estado tem Objetivos Políticos. Mais ainda, considera que "o Estado é soberano, isto é, não reconhece qualquer autoridade acima de si" (5:47) e é por esse fato, que estará sempre buscando realizar os seus Objetivos Políticos, independentemente do fato de que esse possam se conflitar com os Objetivos de outros Estados.

Continuando, acrescenta adiante que irá figurar, cedo ou tarde, entre esses objetivos do Estado aquele definido como a intenção ou o desejo de aumentar o seu Poder. Haverá em

algum ponto um limite para esse aumento, a partir do qual ele será feito em detrimento do Poder de outros Estados que não aceitarão o fato passivamente e irão defender o "statu quo", tentando rechazar quaisquer intervenções externas que lhes sejam lesivas.

Esse fato provocará conflitos de interesses (5:47) e esses são solucionados através da imposição, de alguma forma, da vontade de um Estado sobre a do outro.

Por vezes essas imposições se fazem por meio de um convencimento honroso, executado por uma correta política externa de sub-reptícias pressões, conforme preconizam as boas normas das Relações Internacionais. Quando essas ações não são suficientes, as formas de convencimento se tornam, mais e mais, evidentes e violentas. Se houver uma necessidade vital para o Estado de que os seus interesses sejam atendidos e forem esgotadas todas as formas "diplomáticas" de persuasão, nesse ponto, o Poder Militar passa a ter uma importância maior do que a dos outros. Inicialmente, é apenas sugerido, como fator de dissuasão, mas se persistir o impasse é inevitável o seu emprego naquilo que é sua destinação maior: a guerra.

Assim é que a guerra é a mutação da política. É a sua saída dos gabinetes para o campo. É a sua mudança de mãos, saindo das mãos enluvadas da diplomacia para as mãos armadas dos militares. É, finalmente, a imposição da vontade de um Estado, não mais pelo convencimento diplomático de seu oponente, mas pelo emprego ilimitado, como quer Clausewitz, da força física representada pelo emprego do Poder Militar.

Por esses aspectos, aquele que Rapoport, corretamente,

intitula de "o grande filósofo da guerra", perpetuou a idéia de que "a guerra é a continuação da política por outros meios" (5:87).

Em diversas oportunidades, na sua obra, Clausewitz deixou claro o seu entendimento das relações entre a política e a guerra. Para ele havia uma total subordinação da guerra à política, na forma em que considerava o projeto político como objeto e a guerra como instrumento para a sua consecução. E era extremamente enfático quando afirmava que "a subordinação da visão militar à política é, em consequência, a única coisa possível" (9:45).

O pensamento síntese de Clausewitz é o da impossibilidade da guerra pela guerra. Ela estará sempre associada com o conquista de um Objetivo Político Nacional o qual, normalmente, será o de submeter o antagonista à vontade do Estado pelo emprego de suas Forças Armadas. O estudo da guerra não deve encará-la como uma arte isolada, e sim como uma ciência social. A guerra é muito mais que um exercício de força, "é um instrumento racional da política nacional"(5:8).

Ao decidir-se pelo o emprego de seu Poder Militar o governo do Estado avaliará, de imediato, as suas possibilidades de sucesso na empreitada, isto é, se o seu Poder é capaz de derrotar o Poder antagonista e impor-lhe a sua vontade. Nessa avaliação reside o primeiro fator que poderá dificultar um Estado em empregar o seu Poder Militar. Se o resultado dessa avaliação for a constatação de sua inferioridade perante ao potencial inimigo, a possibilidade de que inicie a guerra diminui consideravelmente.

Mesmo quando essa capacidade é efetivamente superior, deve ser considerado o fator psicológico da população, isto é, a motivação do povo para a guerra. Se o povo não acreditar e não quiser a guerra, essa opinião também irá prejudicar o emprego eficaz do Poder Militar. Entretanto, por vezes, a motivação do povo é tanta no sentido de alcançar um Objetivo Nacional que, mesmo em situação de inferioridade, uma Nação poderá ir à guerra conduzida, exclusivamente, pelo clamor público.

Finalmente, o aspecto mais cruel com respeito à exploração dos fatores psicológicos ocorre quando líderes carismáticos, movidos por interesses escusos, conseguem motivar seus povos a engajar em guerras perdidas contra Nações mais fortes impondo enormes e desnecessários sacrifícios aos seus compatriotas.

Esses fatores, apresentados como de tendência a dificultar o correto emprego do Poder Militar, dizem respeito à condução da guerra, isto é, à decisão política de determinar porque e quando levar o País a fazer a guerra. Existem porém aqueles fatores que se relacionam com a execução da guerra, que dizem respeito aos aspectos do combate e que também podem, e muito, prejudicar o emprego eficaz do Poder Militar.

Nesse aspecto, o autor chama atenção, em primeiro lugar, para o grande esforço físico despendido pelas tropas nos campos de batalha. As condições em que se realizam os combates são, na maioria das vezes, adversas. O próprio combate é algo tenebroso, pois é preciso mais do que coragem para que um homem se lance em uma carga "ao encontro da morte gelada, sem

saber se é a si ou aos outros que ela poupará" (5:125).

Assim é que o comandante deverá ter a exata medida do que e como poderá exigir de seus comandados no combate. Ao compará-lo com o arqueiro que estica a corda de seu arco até ao limite que julgar conveniente, limite esse que só o arqueiro conhece, Clausewitz deixa clara a sua intenção de mostrar as responsabilidades desse comandante em não empregar suas tripulações além de suas possibilidades, tendo portanto total controle sobre a forma de executar a guerra (5:125).

Ressalta, em segundo lugar, como de fundamental importância e de difícil obtenção o que classifica como "informação" e define como sendo o conjunto dos conhecimentos relativos ao inimigo, às suas forças, ao seu comportamento estratégico e tático e, por fim, às características do Teatro de Operações. Servirão como base principal de raciocínio para o planejamento (estratégico e tático), isto é, para que o comandante possa decidir, com um menor grau de incerteza, como empregar a sua máquina de guerra (5:127). O desconhecimento do inimigo e das características principais da área onde irão se desenrolar as ações é fator de fraqueza e colocará em risco as forças em combate.

Ao afirmar que "na guerra, tudo é muito simples, mas a coisa simples é difícil" (5:129), já buscava sintetizar as dificuldades com que iriam se defrontar aqueles que tivessem como responsabilidade o emprego eficaz do Poder Militar.

Essa coisa simples e difícil que ele tão bem denomina de "fricção da guerra" e que é o terceiro fator de redução da eficácia na utilização do Poder Militar é, justamente, o

acúmulo de situações adversas com que irá se defrontar uma unidade de combate em movimento, para dar cumprimento a uma missão.

"O general tem que conhecer a fricção para saber como é possível poder vencer e não ficar à espera de encontrar nos seus esforços uma precisão que esta mesma fricção torna impossível" (5:131). Essa afirmativa demonstra a sua preocupação com relação à avaliação que o chefe deve ter quanto as suas reais possibilidades no combate, considerados, na medida do possível, todos os fatores aleatórios que possam assumir condições desfavoráveis e que tenham razoável probabilidade de ocorrência.

Para bem definir os seus movimentos, o comandante deve ter o maior controle possível dos acontecimentos da guerra. Mas deve tê-lo, principalmente, para saber e avaliar o quanto as condições da área onde se desenrolar o combate e as características do inimigo irão influir no rendimento e no moral de sua tropa. Esse aspecto torna-se mais relevante na medida em que nunca será possível um controle total dos acontecimentos, fato antevisto por Clausewitz ao declarar que, para neutralizá-lo "só o oficial que tem uma longa experiência da guerra tomará sempre, nas grandes como nas pequenas ocasiões, em cada pulsação da guerra, se assim se pode dizer, as decisões e as disposições adequadas" (5:131).

Sintetizando, o esforço físico, a informação e a fricção da guerra são os principais fatores, conforme o apresentado por Clausewitz, que dificultam o emprego de forças militares no que diz respeito à execução da guerra e só há uma maneira

de minorar os seus efeitos: o treinamento.

Com respaldo no conhecimento obtido através da informação o preparo para guerra, a prontificação do equipamento e o adestramento do homem, por todo o tempo disponível mas antevisto como sempre insuficiente, é fora de dúvida fator que contribuirá para o sucesso da empreitada militar.

Os pontos identificados permitem que se tenha, basicamente, como pretendido, uma visão da posição de Clausewitz definindo a subordinação da guerra à política fixando nessa relação o fato de que no seu entendimento não haverá a guerra como um fim em si mesma.

Do mesmo modo ao admitir que a guerra é racional e mais do que isso nacional embute a idéia que ela esteja relacionada com a Nação, com o governo do Estado sendo portanto utilizada, exclusivamente, para a conquista dos Objetivos Nacionais.

No escopo desse trabalho, as lideranças civis serão consideradas como formadas com base em todos os segmentos representativos que compõem a Nação e se constituem no governo do Estado democrático.

A essas lideranças caberá a definição da Política Nacional e a forma pela qual serão conquistados os Objetivos Nacionais por ela definidos. Entre essas formas se encontra a guerra, cuja condução, que como já foi dito o porque e quando será levada a efeito é também de sua responsabilidade, fato claro se considerada a posição de Clausewitz de subordinar, sempre, a guerra à política.

Entretanto, no que se referir ao como aplicar a guerra, isto é, à sua execução, não há margem para qualquer dúvida

pois quando Clausewitz se refere à estratégia militar a considera como responsabilidade das lideranças militares, fazendo apenas a ressalva de que deverá manter-se sempre em consonância com a estratégia política.

Clausewitz pretendeu, em cada linha de seu trabalho, buscar a real dimensão da guerra, mostrando ser no seu entender "ao mesmo tempo um processo social e um ato político" (9:43). Ao relacionar os diversos óbices que surgem para o emprego eficaz do Poder Militar demonstra o quão cuidadoso e zeloso deve ser o chefe militar ao estabelecer qual a estratégia e as conseqüentes táticas que serão empregadas.

Ele escreveu, singularmente, o seu tempo. Perpetuou em um legado escrito, tudo aquilo o que Napoleão cunhou com homens e armas nos campos de batalha. Os dias em que vivemos não compõem a mesma imagem daquele tempo devido ao progresso tecnológico, mais do que ao progresso social. A ordem mundial de hoje é muito diferente, mas as ambições e dissídias que permeiam as Relações Internacionais continuam existentes e, como conseqüência, a guerra é tão atual quanto sempre foi, mantendo-se como instrumento de violência física (meio) utilizado com o propósito de fazer valer, nas Relações Internacionais, a vontade de um Estado sobre a de outro (fim).

Atualmente, no nosso país, as lideranças civis vêm buscando participar cada vez mais das questões militares. Por vezes, essas lideranças não estão bem preparada para o amplo entendimento do problema e, por isso, fazem opções por atalhos enganosos, acreditando que o mundo de hoje vive em época de paz duradoura o que torna obsoleto e desnecessário para uma

Nação a existência de qualquer expressão do Poder Militar.

Esse fato impõe que as lideranças mais conscientes na matéria (que não se encontram apenas no meio militar) busquem, de modo racional o esclarecimento constante de toda a sociedade para o problema. Porque, xenofobias a parte, é necessário considerar como correta a participação de todos os segmentos sociais da Nação na condução do problema guerra, principalmente, quando se trata de discutir a defesa da integridade do território nacional.

Deve partir pois da Nação como um todo, após a discussão desapaixonada da questão, a definição de qual deve ser a missão do Poder Militar. Caberá aos Chefes Militares, a partir dessa definição, estabelecer o aparelhamento ideal de cada das forças componentes, o seu nível mantido de prontidão e adestramento e a forma correta para o seu emprego eficaz, de modo a permiti-las estar sempre prontas a atender, correta e completamente, ao chamamento da Nação na defesa dos seus mais altos interesses.

BIBLIOGRAFIA

1. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as Nações. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979.
2. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI- Manual básico de redação: guia para elaboração de ensaios. EGN, Rio de Janeiro, 1991.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219 - Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro. 1981
4. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos de Estratégia. s/l, s/ed. 1980.
5. CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. 1 ed. Brasília. Martins Fontes, Editora da Universidade de Brasília. 1979.
6. CLAUSEWITZ, Carl von. Clausewitz, trechos de sua obra/ seleção de Roger Ashley Leonard; tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora. 1988.
7. LIDER, Julian. Da natureza da Guerra. tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora. 1987.
8. FLORES, Mário César. A guerra é assunto de todos./ Entrevista concedida a Mauro Malin. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 dez. 1988, Caderno B/ Especial p.10.
9. FREITAS, Fernando Mendonça da Costa. A Marinha e a vontade nacional. Palestra proferida no simpósio "As forças armadas nacionais em tempo de paz", realizado na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. jun, 1991.
10. MARCONDES, Hilton Japiassu Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Editora Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1990.

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO
NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA

0	MAI 1993	18	JUN 2000
	19 ABR 1994		
	01 JUN 1994		
	04 MAI 1995		
0	03 ABR 1996		
	05 MAI 1996		
	08 JUL 1997		
	01 ABR 1998 *		
	15 ABR 1998		
	30 MAI 1998		
	04 ABR 2000		
	11 ABR 2000		
	22 ABR 2000		
	10 JUN 2003		

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Ribas Sobrinho, Aguinaldo da S
ilva

Clausewitz : as relações entre
a politica e a guerra

6-D-66

DEVOLVER NOME LEIT. (3458/93)

01 MAI 1993

CC SAUO

09 ABR 1994

CC LONGO

01 JUN 1994

CC (TM) SILVA AMOJO

Ribas Sobrinho, Aguinaldo da S
ilva

Clausewitz : as relações entre
a politica e a guerra

6-D-66

(3458/93)



00100290003458

Clausewitz

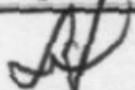
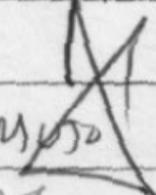
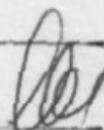
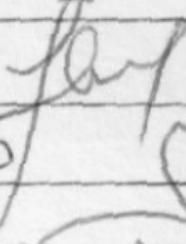
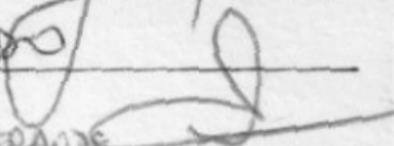
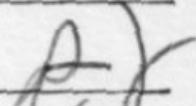
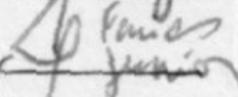
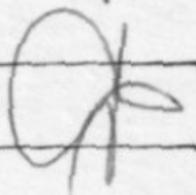
6-D-66

Ribas Sobrinho, Aguinaldo da S
ilva

Clausewitz : as relações entre
a política e a guerra

6-0-66

DEVOLVER NOME LEIT. (3458/93)

01 MAI 1993	CC SWIO	
09 ABR 1994	CC LONGO	
01 JUN 1994	CC (TM) SILVUS AMARAL	
04 MAI 1995	CC PALMARES	
03 ABR 1996	CC STUMPF	
17 ABR 1996	RENOVADO	
05 MAI 1996	CC (IM) CASAGRANDE	
08 JUL 1997	CC AMARA LSILVA	
01 ABR 1998	CC FALCÃO	 Falcão Junior
15 ABR 1998	cc FALCÃO	
30 MAI 1998	Renovado	
8 ABR 1999	CC (IM) NASCIMENTO	

RETIROU EM

NOME DO LEITOR

07 JUN 1999 GREG (NAM) GRUNBOCK

04 ABR 2000 CC BITEJCOURT

11 ABR 2000 CC ZEA

22 ABR 2000 Renovado

10 JUN 2000 cc miccuci

18 JUN 2000 cc miccuci